

CORREIO ECONÔMICO

POR MARTHA IMENES

Valter Campanato/Agência Brasil



Fernando Haddad participou de debate em Brasília

Haddad: 20 milhões não deveriam estar pagando IR

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, criticou os governos anteriores por não corrigirem a tabela do Imposto de Renda, fazendo com que mais de 20 milhões de brasileiros de menor renda passassem a pagar o tributo sobre os salários.

“A não correção do Imposto de Renda moveu um enorme aumento de impostos das camadas economicamente

mais frágeis. Ou seja, os sete anos de não correção da tabela do Imposto de Renda incluiu, no pagamento deste tributo, alguma coisa em torno de 20 milhões de brasileiros que não deveriam estar pagando Imposto de Renda e passaram a pagar nos governos Temer e Bolsonaro”, afirmou Haddad, que participou de debate sobre conjuntura política, em Brasília.

Meta

A tabela ficou congelada de 2015 a 2022, desde o fim do governo de Dilma Rousseff, passando pelas gestões de Michel Temer e Jair Bolsonaro, acumulando defasagem de mais de 36% no período, segundo cálculos do Sindifisco Nacional. Faixa de isenção era até R\$ 1.903.

Faixa

Em 2024, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva elevou a faixa de isenção para R\$ 2.824 e, em maio deste ano, essa faixa de isenção passou a beneficiar quem ganha até R\$ 3.036. Agora, a expectativa é pela aprovação da isenção para quem ganha até R\$ 5 mil.



A expectativa de inflação passou de 4,95% para 4,86%

Mercado reduz previsão da inflação para 4,86%

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - a inflação oficial do país - passou de 4,95% para 4,86% este ano. É a décima terceira redução seguida na estimativa, publicada no Boletim Focus.

A pesquisa é divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a ex-

pectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

Para 2026, a projeção da inflação também caiu, de 4,4% para 4,33%. Para 2027 e 2028, as previsões são de 3,97% e 3,8%, respectivamente.

A estimativa para este ano está acima do teto da meta de inflação.

Meta

A meta é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%. Em julho, pressionada pela conta de energia mais cara, a inflação oficial divulgada pelo IBGE fechou em 0,26%.

Saneamento

O número de municípios atendidos por empresas privadas de saneamento cresceu 525% nos últimos cinco anos. Em 1.820 municípios, cerca de 1/3 dos que existem no Brasil, esses serviços são prestados em regime de concessão plena ou parcial ou com parceria público-privada.

Selic

Para alcançar a meta de inflação, o BC usa como a taxa básica de juros (Selic) definida em 15% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom). O recuo da inflação e o início da desaceleração da economia fizeram o colegiado interromper o ciclo de aumento.

ProUni

Os candidatos que não foram pré-selecionados nas duas primeiras chamadas do Programa Universidade para Todos (ProUni), edição 2/2025, podem se inscrever para participar da lista de espera. O prazo termina nesta terça-feira, às 23h59, pelo Portal Único de Acesso ao Ensino Superior.



Segundo informações obtidas via LAI: 86 pessoas com mais de 120 anos têm consignado

Longevidade? INSS tem pessoas com 120 anos no consignado

CPMI que vai investigar descontos começa hoje

Por Martha Imenes

O homem mais velho do Brasil que se tem registro é João Marinho Neto, com 112 anos de idade, nascido em Maranguape, no Ceará, em outubro de 1912. Mas, segundo registros de crédito consignado do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), pelo menos 86 pessoas têm mais de 120 anos no país, e outras 2,5 milhões estão entre 80 e 120 anos.

Em meio ao início dos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) nesta terça-feira no Congresso - que vai investigar descontos de mensalidades associativas em aposentadorias e pensões -, esse é mais um imbróglio com o nome da autarquia.

Segundo a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), hoje, no Brasil, não há registro

sobre pessoas vivas com 120 anos ou mais, e afirma: “Não parece minimamente imaginável que uma pessoa de 120 anos tenha tomado um empréstimo bancário, a não ser que o registro dessa informação decorra de erro material nos dados cadastrais do cliente ou seja fruto de golpe ou fraude”.

Em nota, a Febraban informou que “não apenas desconhece casos de consignado para aposentados com ou mais de 120 anos, como, em especial, repudia a oferta de qualquer produto bancário que não leve em consideração a adoção de políticas preventivas voltadas para a proteção de clientes mais vulneráveis, como idosos de idade avançada, medidas que são adotadas pelos bancos associados, inclusive seguindo a regras de autorregulação”.

De acordo com a Febraban,

“a concessão de crédito de cada instituição financeira a seus clientes deve observar as regras estipuladas pelo Banco Central do Brasil, que são constantemente revisadas sob a ótica de risco do crédito e medidas protetivas ao consumidor”.

Para as instituições que concedem essa modalidade de crédito, a idade é um fator adicional de risco na análise da operação porque em caso de morte do tomador do empréstimo consignado do INSS, a dívida é automaticamente quitada.

Para se ter uma ideia, a expectativa de vida média projetada pelo IBGE vai chegar a cerca de 76,5 a 76,8 anos em 2025. Bem distante dos 120 anos que apareceram no cadastro do INSS, obtido via Lei de Acesso à Informação (LAI) pela Folha.

Número de ACTs saltou de 41 para 48

O INSS, apesar de estar com contratos e acordos de desconto de mensalidades associativas em aposentadorias e pensões “suspensos por conta de medidas institucionais e judiciais fundamentadas em operações de irregularidades”, firmou mais Acordos de Cooperação Técnica (ACT) após a Operação Sem Desconto.

Com isso o número saltou de 41 - apresentado em abril pela Controladoria-Geral da União

(CGU) e Polícia Federal (PF) -, para 48, em julho.

Desses ACTs, somente 12 são citados na ação cautelar movida pela Advocacia-Geral da União (AGU) no âmbito da Operação Sem Desconto, ocorrida em abril.

Repasses

Por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI), o Correio da Manhã questionou o INSS sobre o retorno de repasses

de mensalidades para associações que não estão na medida cautelar da AGU. A autarquia respondeu que “não há, no momento, previsão de retomada dos repasses, inclusive para entidades que não foram objeto da medida cautelar judicial promovida pela Advocacia-Geral da União (AGU). A eventual reativação dos acordos dependerá da conclusão das análises internas e dos trâmites judiciais em curso”.

Dataprev na mira de deputado do União-CE

Os descontos em benefícios pagos pelo INSS são objeto do Projeto de Lei 1.546/2024, de autoria do deputado Murilo Galdino (Republicanos-PB), e relatado pelo deputado Danilo Forte (União-CE), que questiona não só os descontos associativos, mas também o crédito consignado.

Segundo o deputado, não há porque separar descontos de mensalidades associativas e de empréstimo consignado. Para ele, “o método é praticamente o mesmo”.

No PL, o foco não está somente em empresas e bancos que fornecem o crédito e fazem os descontos, está também a Dataprev, empresa de tecnologia do governo federal, que implanta a folha de pagamentos do INSS e operacionaliza os descontos.

Atuação

O deputado-relator questiona a atuação da empresa pública estatal, que implanta pagamentos de aposentadorias, pensões e auxílios pagos pelo instituto, além de acrescentar e retirar descontos sobre os vencimentos, entre outros serviços.

“A Dataprev recebe por essas operações de inclusão e exclusão de descontos na folha do INSS, o que é discrepante”, afirma.

O projeto de lei está com a tramitação em caráter de urgência e vai passar pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados. Serão apensados pelo menos 60 tópicos no PL que será apresentado.

Nova lista

Em maio, o advogado-geral da União, Jorge Messias, fez a relação de entidades com “fortes indícios de terem sido criadas com o único propósito de praticar a fraude (entidade de fachada)”.

Constam na ação cautelar: AAPB, Aapen, AAPPS Universo, Ambec, Apdap Prev, Asbrapi, Asabasp, Ap Brasil, CAAP, CBPA, Cebap e Unaspub.

CNI cria plataforma para divulgar ações sustentáveis na COP30

Ricardo Stuckert/PR

Uma iniciativa liderada pela indústria brasileira deve aumentar a participação do setor privado na COP30, marcada para 9 a 21 de setembro, em Belém, no Pará. Criada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), a COP de Negócios Sustentáveis, ou Sustainable Business COP30 (SB COP), em inglês, vai buscar boas práticas e casos de sucesso, entre mais de 40 milhões de empresas de 60 países participantes, para multiplicá-los.

Por meio do grupo, a CNI quer garantir um canal permanente para contribuições empresariais para esta e as próximas conferências climáticas. A ideia é fortalecer a presença do setor privado em processos multilaterais, apresentando ações concretas de descarbonização, economia de baixo carbono e do financiamento climático.

O presidente da SB COP, Ricardo Mussa, avalia que o se-



Construção do parque onde será realizada a COP30

tor privado estará cada vez mais bem organizado para ser representado nas COPs. Para ele, a edição brasileira deixará a SB COP como um legado para essa representação, por meio da qual poderá ocorrer o compartilhamento de ideias que funcionam.

“Por que o projeto de bioeconomia da Malásia está funcionando? É porque a legislação era boa? É porque tinha financiamento? Quando se diseca o projeto, se consegue saber por que ele está funcionando”, exemplificou logo após participar, de

um debate na Casa Firjan, em Botafogo, na zona sul do Rio de Janeiro.

Na visão do empresário, a partir disso, o Poder Público terá mais condições de construir políticas públicas, com base nos exemplos que já vêm dando certo. Em vez de se apresentar uma nova ideia, será possível entender a fundo a razão pela qual determinado caso é um sucesso. A SP COP vai receber sugestões de casos bem-sucedidos até a próxima segunda-feira (1º), no site sbcop30.com.

“Como não temos, hoje, um clima (mundial) para negociar muita coisa, vamos implementar o que já foi negociado. A minha visão é de que essa COP terá mais abertura do governo e da ONU para o setor privado participar. Foi uma feliz coincidência isso acontecer e a SBCOP ser criada neste momento. Isso facilita muito”, pontuou.